

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.980 - MG (2019/0302677-7)

**RELATOR** : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE  
**RECORRENTE** : A F G  
**ADVOGADO** : DEBORA APARECIDA AURELIANO - MG0189449  
**RECORRIDO** : M M DE S R  
**RECORRIDO** : P G DE A  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

### EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS DEVIDOS A EX-CÔNJUGE. ILEGALIDADE MANIFESTA NÃO CONSTATADA. LIMINAR INDEFERIDA.

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por A. F. G., no qual aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que concedeu parcialmente a ordem, por maioria de votos, nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 174):

*Habeas corpus* preventivo – Prisão civil – Execução de alimentos – Motivos do inadimplemento – Discussão – Impossibilidade – Pagamento – Ausência de comprovação – Ordem de prisão – Legalidade – Paciente empregado – Cumprimento da prisão civil – Regime aberto – Ordem concedida parcialmente.

1. Nos autos de *habeas corpus* é incabível a discussão sobre os motivos do inadimplemento da verba alimentar, cabendo ao julgador apreciar tão somente a legalidade do decreto prisional.

2. Inexistindo nos autos prova do pagamento dos alimentos vencidos no curso da lide, não há falar em ilegalidade da prisão civil.

3. Provada a relação empregatícia do paciente, o seu recolhimento em unidade prisional poderá prejudicar o próprio pagamento da verba alimentar, razão pela qual o cumprimento da prisão civil deverá ocorrer em regime semiaberto (Des.MR).

**HABEAS CORPUS – PRISÃO CIVIL – OBRIGAÇÃO ALIMENTAR – DESCUMPRIMENTO – AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE – CUMPRIMENTO DA PRISÃO CIVIL – REGIME FECHADO – ORDEM DENEGADA.**

1- O *habeas corpus* não é a via adequada para se discutir a obrigação de prestar alimentos em si, mas, tão somente, para se analisar a legalidade do constrangimento à liberdade de ir e vir do paciente. 2- Considerando que não restou demonstrado o abuso de poder ou a existência de ilegalidade na decisão proferida, mostra-se imperativa a denegação da ordem. 3- Em regra, o cumprimento da medida coercitiva da prisão civil – inclusive para manter seu caráter de coercibilidade – deve se dar em regime fechado, cabendo ser abrandado, apenas, diante de situações excepcionais, tal como a

# Superior Tribunal de Justiça

fragilidade do estado de saúde do devedor, 4- Não restando verificadas tal excepcionalidade in concreto, a manutenção do regime fechado é medida que se impõe. 5- Ordem denegada. (JD. RKS).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 204-207).

Consta dos autos que o Juízo da 10ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Belo Horizonte-MG, nos autos de cumprimento de sentença de prestação alimentar, decretou a prisão prisão civil do recorrente.

Irresignado, impetrou *writ* originário apontando as seguintes ilegalidades: a) ausência de fundamentação da decisão; b) ausência de análise de proporcionalidade entre o direito do alimentando e o direito de liberdade; c) contrariedade ao princípio da dignidade da pessoa humana; e d) inaplicabilidade da prisão civil.

O colegiado, por maioria de votos, concedeu parcialmente a ordem para, mantendo a prisão, determinar fosse cumprida no regime semiaberto.

Nas razões da presente insurgência, o recorrente justifica a impossibilidade de cumprimento da obrigação em razão de suas dificuldades financeiras, pois aufera a receita de 1 (um) salário mínimo mensal com seu comércio.

Outro ponto que destaca é a ausência de fundamentação da decisão que decretou-lhe a prisão, o que inviabiliza o exercício da ampla defesa e do contraditório, razão pela qual o acórdão recorrido deve ser declarado nulo.

Assevera que a exequente é sua ex-mulher que está apta para o trabalho, obtém renda com aluguéis dos imóveis que foram partilhados por ocasião do divórcio e que em momento algum demonstrou a necessidade e a urgência para a percepção dos alimentos.

Conclui afirmando que "no caso dos autos já restou demonstrado que a prisão não se justifica, assim como já está mais do que provado a ausência de risco à vida da alimentada que enseje a execução pelo rito mais danoso" (e-STJ, fl. 231).

Diante disso, pleiteia, liminarmente, e no mérito, a concessão da ordem para que a prisão seja revogada.

Brevemente relatado, decido.

# Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente, convém o registro de que, nos termos da jurisprudência desta Corte, não configura constrangimento ilegal a prisão civil do devedor de alimentos, em ação de execução proposta pelo rito do art. 733 do Código de Processo Civil, objetivando o recebimento das prestações alimentícias vencidas nos três meses anteriores ao ajuizamento da ação e das vincendas no curso do processo - enunciado n. 309 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Além disso, também de acordo com a orientação firmada neste Tribunal Superior, refoge ao âmbito do *habeas corpus* a incursão vertical nos elementos probatórios controvertidos relacionados à capacidade financeira do alimentante.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. INTEMPESTIVIDADE. CARACTERIZAÇÃO. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. INVIABILIDADE NA ESPÉCIE. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. ART. 733, § 1º, CPC. SÚMULA Nº 309/STJ. DÍVIDA ALIMENTAR. CAPACIDADE ECONÔMICA DO DEVEDOR. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1. À luz do art. 30 da Lei nº 8.038/90, o recurso ordinário em *habeas corpus* deve ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias.
2. A decretação da prisão do alimentante, nos termos do art. 733, § 1º, do CPC, revela-se cabível quando não adimplido acordo firmado entre o alimentante e o alimentado no curso da execução de alimentos, nos termos da Súmula nº 309/STJ, sendo certo que o pagamento parcial do débito não elide a prisão civil do devedor.
3. O *habeas corpus*, que pressupõe direito demonstrável de plano, não é o instrumento processual adequado para aferir as condições econômico-financeiras do paciente, pois demandaria o reexame aprofundado de provas.
4. Recurso ordinário não conhecido. (RHC n. 41.852/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 11/11/2013.)

Na espécie, afirmou o Tribunal de Justiça que "na execução de alimentos devidos entre cônjuges - mesmo quando estipulados na forma transitória (circunstância não presente no caso sob exame) - incide, de forma plena, a técnica executiva da coação prisional quando a verba alimentar se enquadrar na tipicidade normativa das 3 (três) prestações anteriores ao seu ajuizamento e das que se vencerem no curso do processo, já que se trata de alimentos legítimos e necessários (STJ; HC 413344/SP)" (e-STJ, fls. 177-178).

Desse modo, ao menos em um juízo de cognição sumária, não observo

# *Superior Tribunal de Justiça*

manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência, mostrando-se imperiosa uma análise pormenorizada dos elementos de convicção colacionados ao processo, após colhidas as informações da autoridade apontada como coatora, o que ocorrerá por ocasião do provimento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais e ao Juízo de primeiro grau.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

